



Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região

EDITAL Nº 001/2014 – CONCURSO PÚBLICO

O **CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 9ª REGIÃO – CREFITO-9**, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil/88, faz saber que realizará Concurso Público de Provas e Títulos, nos termos do presente Edital.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, e realizado sob a responsabilidade da Empresa MCONCURSOS.

1.1.1. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações e divulgações referentes a este concurso.

1.1.2. A relação de cargo/emprego, vagas, vencimento base e carga horária, objetos do Concurso Público, constam do item II deste Edital.

1.1.3. O candidato concorrerá à vaga o cargo/emprego no qual se inscrever, conforme item II deste Edital.

1.1.4. A nomeação dos candidatos habilitados obedecerá à ordem de classificação, devendo ser iniciada pela lista de pontuação geral, seguida da lista de candidatos com deficiência, observando-se, a partir de então, sucessiva alternância entre elas, até o esgotamento das vagas reservadas.

1.1.4.1. Em caso de surgimento de novas vagas no decorrer do prazo de validade do Concurso Público, aplicar-se-á a mesma regra e proporcionalidade prevista no item 1.2. deste Edital.

1.1.5. Os candidatos aprovados serão nomeados e contratados sob o regime legal vigente à época.

1.2. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

1.2.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente concurso público, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência, de acordo com o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

1.2.2. Das vagas reservadas a cada cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso público, 5% serão providas na forma do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, e nos termos da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça.

1.2.2.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, esse deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas.

1.2.3. A pessoa com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria, participará do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

1.2.3.1. O candidato inscrito na reserva de vagas que não for qualificado como pessoa com deficiência perderá o direito de concorrer em tal condição e concorrerá juntamente com os candidatos a vaga ampla concorrência.

1.2.4. Para efeito deste concurso, consideram-se deficiências, que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas à pessoa com deficiência, somente as conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões internacionalmente reconhecidos.

1.2.5. Para concorrer a uma reservada a pessoa com deficiência, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar, no campo próprio, o tipo da deficiência de que é portador e o código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID;

EDITAL Nº 001/2014 – CONCURSO PÚBLICO

b) encaminhar laudo médico escaneado, emitido nos últimos 12 (doze) meses, contados até o último dia de inscrição, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID- 10), bem como à provável causa da deficiência;

c) Caso o candidato não encaminhe o laudo médico não será considerado pessoa com deficiência apta para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha assinalado tal opção no ato da inscrição.

1.2.5.1. O laudo médico escaneado deverá ser encaminhado através do e-mail laudo-crefito9@msconcursos.com.br, impreterivelmente até dia **23/11/2014**.

1.2.5.1.1. Os custos com fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato.

1.2.6. A relação dos candidatos que se inscreveram para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada na internet, nos sites www.msconcursos.com.br e www.crefito9.org.br.

1.2.7. O candidato com deficiência visual (amblíope) que necessitar de prova ampliada ou que depender de instrumentos específicos para leitura das provas deverá informar a especialidade e/ou tamanho da letra (fonte) no ato da inscrição, no campo próprio.

1.2.7.1. Ao candidato com deficiência visual que não informar o tamanho da fonte (letra) será disponibilizado o caderno de questões na fonte (letra) tamanho 16 (dezesesseis).

1.2.8. O candidato cego total deverá indicar sua condição, informando no requerimento de inscrição a necessidade de realizar a prova em braile ou com auxílio de leitor.

1.2.8.1. As provas ampliadas ou em braile, quando solicitadas, serão disponibilizadas sem custo ao candidato.

1.2.9. Outras especialidades, quando autorizadas previamente pela Comissão do Concurso, deverão ser providenciadas por iniciativa e a expensas do candidato.

1.2.10. O candidato com dificuldade de locomoção deverá indicar essa condição, informando no requerimento de inscrição se utiliza cadeira de rodas ou se necessita de local de fácil acesso.

1.2.11. Ao candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional, conforme previsto no § 2º do artigo 40, do Decreto Federal nº 3.298/99, será concedido 25% de tempo adicional, referente ao tempo destinado aos demais candidatos.

1.3. DA PERÍCIA MÉDICA

1.3.1. Os candidatos que se declararem como pessoa com deficiência, se aprovados no concurso, serão convocados, na ocasião da contratação, para se submeter à perícia médica, a ser realizada na mesma cidade em que optou por realizar as provas, promovida por equipe multiprofissional sob responsabilidade do CREFITO 9, que verificará sua qualificação como deficiente ou não, bem como a incompatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada, nos termos do artigo 43 do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.

1.3.2. Os candidatos deverão comparecer à perícia médica, munidos de documento de identidade original e de laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a perícia médica, que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme especificado no Decreto nº 3.298/99 e suas alterações, bem como à provável causa da deficiência.

1.3.3. O laudo médico (original ou cópia autenticada) será retido pelo CREFITO 9 por ocasião da realização da perícia médica e não será devolvido em hipótese alguma.

EDITAL Nº 001/2014 – CONCURSO PÚBLICO

1.3.4. Perderá o direito de concorrer à vaga reservada à pessoa com deficiência o candidato que, por ocasião da perícia médica, não apresentar laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) ou que apresentar laudo que não tenha sido emitido nos últimos 12 (doze) meses, bem como que não for qualificado na perícia médica como pessoa com deficiência ou, ainda, que não comparecer à perícia.

1.3.5. A pessoa com deficiência reprovada na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovada no concurso público, concorrerá apenas a vaga de ampla concorrência, por cargo.

1.3.6. A compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada pelo candidato será avaliada durante o período de experiência, na forma estabelecida no § 2º do artigo 43 do Decreto nº 3.298/1999 e suas alterações.

1.3.6.1. A pessoa com deficiência reprovado na perícia médica no decorrer do período de experiência em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será demitido.

1.3.7. Os candidatos que se declararam como pessoa com deficiência no ato da inscrição, se aprovados no concurso público, terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral por cargo.

1.3.8. As vagas reservadas à pessoas com deficiência que não forem providas por falta de aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação por cargo.

1.4. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS NEGRAS OU PARDAS (PNP)

1.4.1. De acordo com a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

1.4.2. Das vagas reservadas a cada cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 20% serão providas na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

1.4.3. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do § 2º do artigo 1º da Lei nº 12.990/2014.

1.4.4. Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos nos cargos com número de vagas igual ou superior a 3 (três).

1.4.5. Para concorrer às vagas reservadas às pessoas negras, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar, no campo próprio que é preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

1.4.6. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

1.4.7. O candidato que, no ato de inscrição, não declarar a opção de concorrer às vagas reservadas para pessoas negras deixará de concorrer às vagas reservadas às pessoas negras ou pardas e não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

1.4.8. O candidato que se autodeclarar preto ou pardo participará do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das

EDITAL Nº 001/2014 – CONCURSO PÚBLICO

mesmas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

1.4.9. Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, e às vagas reservadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

1.4.10. Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatos negros.

1.4.11. Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

1.4.12. Após a aplicação de todas as etapas do concurso, na hipótese de não haver candidatos negros aprovados, na lista final, em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

1.4.13. A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas aos candidatos com deficiência e aos candidatos negros.

1.4.14. A relação dos candidatos que se autodeclararam, na inscrição, pretos ou pardos, na forma da Lei nº 12.990/2014, será divulgada na internet, nos sites www.msconcursos.com.br e www.crefito9.org.br.

1.4.15. Os candidatos que se declararam se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, se aprovados no concurso público, terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral por cargo.

1.4.16. As vagas reservadas à pessoas negras que não forem providas por falta de aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação por cargo.

1.5. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

1.5.1. O candidato, portador de deficiência ou não, ao realizar a inscrição deverá informar, no campo próprio, a condição especial de que necessita para a realização das provas, sendo facultado à MSONCURSOS o deferimento ou indeferimento do pedido.

1.5.2. As condições especiais de atendimento para o dia da prova, solicitadas pelo candidato no ato da inscrição, serão analisadas e atendidas segundo critérios de viabilidade e razoabilidade. O candidato será comunicado em caso de não atendimento a sua solicitação.

1.5.3. Ao realizar a inscrição, a candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá informar essa necessidade no campo próprio.

1.5.4. A criança deverá estar acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro).

1.5.5. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal. Contudo, nesse caso, o tempo de prova não será estendido.

1.5.6. No momento da amamentação, ficarão presentes somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de quaisquer outras pessoas.

II - DOS CARGOS/EMPREGOS, DAS VAGAS, DO LOCAL DE PROVAS, DA CARGA HORÁRIA, DO SALÁRIO BASE, DO REQUISITO E DAS ATRIBUIÇÕES.

2.1. Dos Cargo/Emprego, da Carga Horária, da Remuneração e das Vagas.

EDITAL Nº 001/2014 – CONCURSO PÚBLICO

2.1.1 CARGOS COM REQUISITO DE NÍVEL MÉDIO

CARGO/EMPREGO	VAGAS EFETIVAS	CADASTRO FORMADO				LOCAL DE PROVAS	CH SEMANAL	SALÁRIO BASE ****
		Ampla Concorrência	PNP **	PCD ***	TOTAL			
Agente Administrativo/Cuiabá / MT	3	75	20	5	100	Ver subitem 3.10.1.	40h	R\$ 1.564,83
Agente Administrativo/Porto Velho / RO	1	75	20	5	100	Ver subitem 3.10.1	40h	R\$ 1.564,83

2.1.2 CARGO COM REQUISITO DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO/EMPREGO	VAGAS EFETIVAS	CADASTRO FORMADO				LOCAL DE PROVAS	CH SEMANAL	SALÁRIO BASE ****
		Ampla Concorrência	PNP **	PCD ***	TOTAL			
Agente Fiscal/Cuiabá / MT	CR *	75	20	5	100	Ver subitem 3.10.1.	40h	R\$ 4.200,00
Agente Fiscal/Porto Velho / RO	1	75	20	5	100	Ver subitem 3.10.1	40h	R\$ 4.200,00

* CR: Cadastro Reserva.

** PNP: Pessoa negra ou parda (conforme Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014).

*** PCD: Pessoa com deficiência (conforme Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999).

**** Além da remuneração informada, os candidatos aprovados, para todos os cargos, também terão direito a Vale Alimentação, Vale Refeição, Vale Transporte e Plano de Saúde com Coparticipação.

2.2. O cadastro de reserva formado será composto por todos os candidatos classificados além das vagas e dentro do quantitativo informado nas tabelas e em conformidade com as regras previstas neste edital. Os candidatos integrantes do cadastro de reserva formado para o concurso público poderão ser convocados, durante o período de validade do certame, conforme necessidade e conveniência do CREFITO 9 e de acordo com a classificação obtida.

2.3. Requisito do cargo/emprego:

a) **Agente Administrativo:** Nível Médio (2º grau completo);

b) **Agente Fiscal:** Nível Superior (Fisioterapia / Terapia Ocupacional) e possuir obrigatoriamente a CNH categoria B.

2.4. As atribuições constam do Anexo I deste Edital.

III - DO PRAZO, DO LOCAL, DOS REQUISITOS E DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO

3.1. As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente por meio da *internet*, através dos sites www.msconcursos.com.br e www.crefito9.org.br, no período de **03/11/2014** a **23/11/2014**.

3.1.1. O edital estará afixado no mural do CREFITO 9, para conhecimento dos interessados.

3.1.2. As inscrições poderão ser efetuadas somente até às **23h59min** (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, do dia a **23/11/2014**.

3.1.3. A Empresa MSONCURSOS não se responsabiliza por solicitação de inscrição via *internet* não recebida por problemas de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação,

EDITAL Nº 001/2014 – CONCURSO PÚBLICO

congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados e/ou a efetivação do pagamento da taxa de inscrição.

3.2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação irrestrita das normas e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, em relação às quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

3.3. As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser excluído deste Concurso aquele que informá-las com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado após realização de provas e publicações pertinentes.

3.3.1. O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão das informações prestadas no momento da inscrição.

3.3.2. No ato da inscrição, se ocorrer eventual erro na escolha do cargo/emprego, o candidato deverá solicitar a correção antes de pagar a inscrição, através do e-mail retificacao-crefito9@msconcursos.com.br.

3.3.3. Após a confirmação do pagamento da inscrição pela instituição bancária, não será aceito pedido de alteração do cargo/emprego para o qual se inscreveu, indicado na ficha de inscrição.

3.4. O candidato poderá fazer inscrição para somente um cargo/emprego.

3.5. Valor das Inscrições:

NÍVEL	Taxa de Inscrição R\$
MÉDIO	R\$ 50,00
SUPERIOR	R\$ 80,00

3.6. Não será devolvida, em hipótese alguma, a importância recolhida pelo candidato, referente à taxa de inscrição, ressalvado nos casos de não realização, anulação ou cancelamento deste Concurso.

3.7. A inscrição do candidato será deferida somente após a Empresa MCONCURSOS receber a confirmação, pela instituição bancária, do respectivo pagamento.

3.8. Não será aceita a inscrição por fac-símile (fax), *internet (e-mail)*, via postal, condicional ou fora do período estabelecido.

3.9. Será cancelada a inscrição se for verificado, a qualquer tempo, o não atendimento a quaisquer dos requisitos aqui fixados.

3.10. Para realizar a inscrição, o candidato deverá:

- acessar um dos sites: www.msconcursos.com.br ou www.crefito9.org.br;
- ler atentamente o Edital de Abertura e seus anexos;
- preencher corretamente a ficha de inscrição;
- informar em campo próprio o cargo/emprego para o qual deseja concorrer;
- imprimir o boleto bancário.

3.10.1. O candidato realizará a prova na cidade, referente ao cargo/emprego, para a qual se inscrever.

3.11. A taxa de inscrição poderá ser paga somente até o dia **24/11/2014**.

3.11.1. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado nas agências bancárias, agências dos Correios e Casas Lotéricas, ou em postos de autoatendimento ou pela *internet*, observado o horário estabelecido pelo banco para quitação.

3.11.2. Não será aceito pagamento por meio de agendamento, banco postal, cheque, comprovante de depósito, transferência entre contas, ou qualquer outra forma de pagamento diferente da estabelecida neste Edital.

EDITAL Nº 001/2014 – CONCURSO PÚBLICO

3.12. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.12.1. Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pelo Decreto n.º 6.593/2008.

3.12.2. De acordo com o Decreto n.º 6.593/2008, estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:

a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007; e

b) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n.º 6.135, de 26 de junho 2007.

3.12.3. O candidato que desejar solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição deverá indicar no formulário de inscrição tal intenção, informando obrigatoriamente o Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo CadÚnico, declarando ainda que atende às condições estabelecidas no subitem anterior.

3.12.4. A empresa MSONCURSOS consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

3.12.5. Não será concedido isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

b) fraudar e/ou falsificar documentação;

c) não observar a forma e o prazo estabelecidos neste Edital.

3.12.6. As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, o qual poderá responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará na sua eliminação do concurso, aplicando-se ainda o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto n.º 83.936, de 6 de setembro de 1979.

3.12.7. O prazo para solicitar a isenção do pagamento da taxa de inscrição será de **03/11/2014** a **16/11/2014**.

3.12.8. A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada nos sites www.msconcursos.com.br e www.crefito9.org.br, na data constante do Cronograma ANEXO IV deste Edital.

3.12.9. O candidato possui total responsabilidade quanto ao acompanhamento de seu pedido de isenção, devendo, no caso de indeferimento, efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data limite estabelecida neste edital, para que possa participar do certame.

IV - DOS TIPOS DE PROVAS

4.1. O concurso público será constituído de:

a) Prova Objetiva para o nível médio;

b) Prova Objetiva, Prova de Redação e Prova de Títulos para o nível superior.

4.2. DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

4.2.1. A Prova Objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

4.2.2. As questões de múltipla escolha conterão 4 (quatro) alternativas (A, B, C e D), das quais haverá uma única resposta correta.

4.2.3. Os conteúdos das provas constam do Anexo II deste Edital.

4.2.4. À Prova Objetiva será atribuído valor máximo de 100 (cem) pontos.

4.2.5. À Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Objetiva.

EDITAL Nº 001/2014 – CONCURSO PÚBLICO

b) REPROVADO: o candidato não alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Concurso Público.

c) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Concurso Público.

4.2.6. A pontuação relativa à questão eventualmente anulada será atribuída a todos os candidatos, do respectivo cargo/emprego, presentes à prova.

4.2.7. QUADRO DE PROVAS

NÍVEL	TIPO DE PROVA / ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DA QUESTÃO
MÉDIO	Língua Portuguesa	10	2,0
	Atualidades	06	1,5
	Legislação Profissional	06	1,5
	Microinformática	08	1,5
	Conhecimentos Específicos	20	2,5
		TOTAL: 50	
NÍVEL	TIPO DE PROVA / ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR DA QUESTÃO
SUPERIOR	Língua Portuguesa	10	2,0
	Atualidades	05	1,0
	Legislação Profissional	10	1,5
	Ética	05	2,0
	Conhecimentos Específicos	20	2,5
		TOTAL: 50	

4.3. DA PROVA DE REDAÇÃO

4.3.1. A Prova de Redação, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada concomitante à Prova Objetiva, para o nível superior.

4.3.2. A Prova de Redação será sobre um tema correlato às atribuições relacionadas no Anexo I deste Edital.

4.3.3. Só será corrigida a Prova de Redação do candidato aprovado na Prova Objetiva.

4.3.3.1. Não será corrigida a redação que estiver diferente do estabelecido na folha de rosto.

4.3.4. Para a correção da Prova de Redação serão considerados os seguintes critérios: adequação ao tema; coerência; coesão; pontuação e ortografia; acentuação gráfica.

4.3.5. À Prova de Redação será atribuído o valor máximo de 20 (vinte) pontos.

4.3.6. À Prova de Redação será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova de Redação.

b) REPROVADO: o candidato não alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova de Redação, acarretando em sua eliminação do Concurso Público.

4.4. DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E DA PROVA DE REDAÇÃO

4.4.1. A data prevista para a realização da Prova Objetiva e da Prova de Redação é o dia **07/12/2014**.

4.4.1.1. Essa data poderá ser alterada por necessidade do CREFITO 9. Havendo alteração da data

EDITAL Nº 001/2014 – CONCURSO PÚBLICO

prevista, será publicada com antecedência nova data para realização das provas.

4.4.2. Só será permitida a realização da prova em data, local e horário estabelecidos.

4.4.2.1. O local e horário de realização das provas serão divulgados oportunamente nos sites www.msconcursos.com.br e www.crefito9.org.br.

4.4.3. As provas terão duração máxima de **4 (quatro) horas**, incluso o tempo para realização da Prova da Objetiva, Prova de Redação e do preenchimento do cartão-resposta.

4.4.3.1. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação das provas em razão do afastamento do candidato da sala de provas, mesmo quando no caso previsto no item 1.3.3., ressalvado o previsto no item 1.2.12.

4.4.4. O candidato deverá comparecer ao local determinado para realização das provas munido de documento original de identificação com foto e de caneta esferográfica de tinta cor preta ou azul.

4.4.4.1. Recomenda-se que o candidato compareça ao local, no mínimo, 30 (trinta) minutos antes da hora marcada.

4.4.4.2. Só será permitida a realização das provas ao candidato que apresentar ao fiscal de sala o original de um dos seguintes documentos de identificação, com foto: Cédula de Identidade (RG), ou Carteira de Órgão ou Conselho de Classe ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Carteira Nacional de Habilitação ou Passaporte, desde que o documento permita, com clareza, a sua identificação.

4.4.4.3. Não serão aceitos documentos de identificação em condições precárias de conservação.

4.4.4.4. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar no dia de realização das provas documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar uma cópia do documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido em, no máximo, trinta dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital.

4.4.4.5. Não serão aceitos protocolos, cópias dos documentos citados, ainda que autenticadas, ou quaisquer outros documentos diferentes dos anteriormente definidos, inclusive carteira funcional de ordem pública ou privada.

4.4.5. Não será permitido o ingresso de candidato no local onde estiver ocorrendo o concurso após o horário estabelecido, sob pretexto algum, após o fechamento dos portões.

4.4.5.1. Não haverá segunda chamada para realização das provas sob nenhuma hipótese.

4.4.5.2. Depois da assinatura da folha de frequência até a entrega do cartão-resposta ao fiscal, o candidato não poderá ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento de um fiscal.

4.4.6. É vedado ao candidato entrar no local onde estiver ocorrendo o concurso, portando qualquer tipo de arma.

4.4.7. Não será permitido ao candidato realizar a prova, portando aparelhos eletrônicos, qualquer tipo de relógio, chaves e acessórios que cubram a cabeça e/ou rosto.

4.4.7.1. Caso o candidato porte algum dos itens mencionados anteriormente, antes do início das provas, deverá colocá-lo(s) em saco plástico, lacrar e acomodar abaixo de sua cadeira, sob sua guarda e responsabilidade, mantendo o(s) aparelho(s) eletrônico(s) desligado(s).

4.4.7.2. Durante todo o tempo em que permanecer no local onde estará ocorrendo o concurso, o candidato deverá manter o celular desligado e sem bateria, sendo permitido ligá-lo somente após ultrapassar o portão de saída do prédio.

4.4.7.3. A Empresa MSONCURSOS não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos e/ou equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos a eles causados.

4.4.7.4. O descumprimento do descrito nos itens 4.4.6., 4.4.7., 4.4.7.1. e 4.4.7.2. poderá implicar na

EDITAL Nº 001/2014 – CONCURSO PÚBLICO

eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

4.4.8. Será ainda eliminado deste concurso público o candidato que incorrer nas seguintes situações:

- a) Fizer uso de consulta bibliográfica de qualquer espécie;
- b) Utilizar equipamento eletrônico de qualquer tipo;
- c) Ausentar-se da sala de prova, antes de entregar o seu cartão-resposta, sem o acompanhamento de um fiscal;
- d) For surpreendido em comunicação com outros candidatos;
- e) Fizer uso do celular, ou mantiver o aparelho ligado durante o tempo em que permanecer no local de prova;
- f) Utilizar meios ilícitos para a execução da prova;
- g) Não acatar as determinações do edital do concurso;
- h) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- i) Desacatar fiscal e/ou membro da equipe de coordenação;
- j) Fumar no local onde estiver ocorrendo o concurso, conforme artigo 2º da Lei nº 9.294/96;
- k) Não **ASSINAR** e/ou não **ENTREGAR** seu cartão-resposta e/ou folha de redação.

4.4.9. Será atribuída a pontuação zero à questão da prova:

- a) cuja resposta no cartão-resposta contenha emenda e/ou rasura, ainda que legível;
- b) cuja resposta no cartão-resposta contenha mais de uma opção assinalada;
- c) que não estiver assinalada no cartão-resposta;
- d) cujo cartão-resposta esteja preenchido com caneta esferográfica de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão-resposta.
- e) que estiver assinalada no cartão-resposta com opção diferente do gabarito.

4.4.10. É de exclusiva responsabilidade do candidato: **ASSINAR** e preencher devidamente o cartão-resposta.

4.4.11. O candidato deverá ater-se às instruções contidas no edital, no caderno de questões e no cartão-resposta.

4.4.11.1. Não haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.

4.4.12. Ao concluir a Prova Objetiva, ou findar o tempo estabelecido para a sua realização, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta **ASSINADO**.

4.4.12.1. O candidato que, ao findar o tempo estabelecido para a realização da Prova Objetiva, se recusar a entregar o seu cartão-resposta será excluído deste concurso.

4.4.13. Período de Sigilo – Por motivos de segurança, o candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente 1h (uma hora) após o seu início.

4.4.13.1. O candidato poderá levar o caderno de provas somente 1h30min (uma hora e trinta) após o início da realização das provas.

4.4.14. Os três candidatos que terminarem a prova por último deverão permanecer na sala onde estiver ocorrendo a prova, só poderão sair juntos após o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes, e assinarem no lacre do referido envelope atestado em ata que este foi devidamente lacrado.

4.4.14.1. O candidato que se recusar cumprir o que determina o item 4.4.14 poderá ser excluído deste concurso.

4.4.15. O Gabarito Preliminar será publicado nos sites www.msconcursos.com.br e www.crefito9.org.br, até 24 horas após o término da prova.

4.4.15.1. Após a publicação do resultado preliminar da Prova Objetiva, uma cópia do cartão-resposta estará disponível nos sites www.msconcursos.com.br e www.crefito9.org.br, área do candidato.

EDITAL Nº 001/2014 – CONCURSO PÚBLICO

4.4.16. A retificação de erros referentes a dados pessoais deverá ser solicitada através do e-mail retificacao-crefito9@msconcursos.com.br, em até 2 dias úteis após a publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas.

4.4.16.1. A empresa MSONCURSOS não se responsabiliza pelos dados pessoais informados incorretamente e pela não solicitação da correção deles, conforme estabelecido no item 4.4.16.

4.5. DA PROVA DE TÍTULOS

4.5.1. A Prova de Títulos, de caráter classificatório, será aplicada somente aos candidatos de nível superior aprovados na Prova Objetiva e na Prova de Redação.

4.5.2. A apresentação dos títulos deverá ser feita diretamente pelo candidato ou através de procurador legalmente habilitado por procuração pública ou simples com firma do candidato reconhecida em cartório, elaborada especificamente para esse fim.

4.5.2.1. A procuração de que trata o item anterior ficará retida com a Empresa MSONCURSOS.

4.5.3. Os títulos apresentados serão contados na presença do candidato, ou de seu procurador, e devolvidos no ato da apresentação.

4.5.4. Só será aceito título original acompanhado ou cópia autenticada em cartório.

4.5.5. Serão considerados somente os títulos relacionados nos quadros a seguir:

TÍTULO		CARGA HORÁRIA MÍNIMA POR TÍTULO	NÚMERO MÁXIMO DE TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Pós-Graduação	Doutorado, referente ao cargo/emprego para o qual se inscreveu.	-	1	3,0
	Mestrado, referente ao cargo/emprego para o qual se inscreveu.	-	1	2,5
	Especialização, referente ao cargo/emprego para o qual se inscreveu.	360	1	2,0
Graduação, quando não for requisito para o cargo/emprego ao qual se inscreveu.		-	1	1,0
Aprovação em concurso público.		-	1	1,5
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL				10,0

4.5.6. Os títulos de Graduação e Pós-Graduação deverão ser comprovados por meio de diploma, certificado, declaração ou atestado, expedidos e assinados pelo órgão ou entidade competente, devidamente reconhecido pelo MEC.

4.5.7. O título computado em um item não poderá ser computado em outro item.

4.5.8. Sendo constatada a irregularidade do título, mesmo que após o ato de entrega, a Banca Examinadora se reserva no direito de não computar os pontos a ele atribuídos.

4.5.8.1. Após a entrega do título, eventualmente, poderá ser solicitado ao candidato cópia do título original para fins de comprovação, o qual deverá ser enviado via e-mail (digitalizado/escaneado).

4.5.9. A Prova de Títulos poderá ser realizada em qualquer dia da semana.

4.5.10. A Prova de Títulos será na cidade de Cuiabá-MT.

4.5.10. A Prova de Títulos poderá ocorrer em qualquer dia da semana.

EDITAL Nº 001/2014 – CONCURSO PÚBLICO

4.5.11. As demais informações a respeito da Prova de Títulos constarão no edital de convocação específico para essa etapa.

V – DA PONTUAÇÃO FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. A Pontuação Final será:

- a) para o nível médio, a pontuação total obtida na Prova Objetiva;
- b) para o nível superior, a pontuação total obtida na Prova Objetiva + a pontuação total obtida na Prova de Redação + a pontuação total obtida na Prova de Títulos.

5.2. A classificação observará a ordem numérica decrescente, individualmente alcançada na Pontuação Final e atribuindo-se o primeiro lugar ao candidato que obtiver a maior pontuação, e assim sucessivamente, de acordo com o cargo/emprego ao qual se inscreveu.

5.3. A classificação dos aprovados, por ordem decrescente da pontuação final, será publicada nos sites www.msconcursos.com.br e www.crefito9.org.br.

VI - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. Em caso de empate terá preferência o candidato:

- a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
- b) Que obtiver maior pontuação na área de Conhecimentos Específicos;
- c) Que obtiver maior pontuação na área de Língua Portuguesa.
- d) Que tiver mais idade.

6.2. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da Loteria Federal imediatamente anterior ao dia da Prova Objetiva, e o desempate dar-se-á através segundo os critérios a seguir:

- a) se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será a crescente;
- b) se a soma dos algarismos da Loteria Federal for ímpar, a ordem será a decrescente.

VII - DOS RECURSOS

7.1. O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias, contados a partir da data seguinte a da publicação do fato que lhe deu origem.

7.2. Admitir-se-á um único recurso por candidato e de forma individualizada, ou seja, um recurso para cada evento que lhe deu origem.

7.3. O recurso deverá ser apresentado no formulário próprio (Anexo III deste edital), disponível nos sites www.msconcursos.com.br e www.crefito9.org.br.

7.3.1. Cada recurso, sobre questão ou outros, deverá ser apresentado em um formulário.

7.4. O recurso deverá ser encaminhado, via e-mail, em arquivo formato .doc (word).

7.5. Não será conhecido o recurso que:

- a) não estiver digitado;
- b) não for encaminhado em arquivo formato .doc (word);
- c) estiver identificado em outro lugar que não o especificado no Anexo III;
- d) for encaminhado em data posterior ao período recursal;
- e) constar mais de um recurso em um mesmo formulário;
- f) for encaminhado no corpo do e-mail;

EDITAL Nº 001/2014 – CONCURSO PÚBLICO

g) não atenda ao estipulado no Anexo III;

h) interposto por outro meio não especificado neste Edital.

7.5.1. No caso de apresentação de texto e/ou doutrina em que se fundamenta seu recurso, o candidato deverá providenciar a devida digitalização das laudas, através de *scanner* ou equipamento similar, de modo que permaneça legível e mantenha a devida integridade, atentando-se ao modo de envio e tempestividade (prazo).

7.6. O recurso deverá ser enviado pela *internet*, através de e-mail, no endereço eletrônico recursos-crefito9@msconcursos.com.br.

7.6.1. A Empresa MSONCURSOS não se responsabiliza por recurso não recebido por problemas de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem o seu recebimento.

7.6.2. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo previsto ou que não atendam ao estipulado no Anexo III deste Edital.

7.7. O candidato que desejar obter a resposta do seu recurso poderá enviar a solicitação através do e-mail recursos-crefito9@msconcursos.com.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a publicação do evento que lhe deu origem.

7.7.1. Não será enviada resposta de recurso deferido.

7.7.2. A resposta do recurso será encaminhada unicamente para o endereço eletrônico constante na ficha de inscrição do candidato.

7.8. Poderá haver alteração no gabarito preliminar e na classificação preliminar, após análise dos recursos interpostos.

VIII - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A POSSE

8.1. Por ocasião da posse, o candidato aprovado, para ser registrado, deverá apresentar:

8.1.1. Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

8.1.2. Comprovação do nível de escolaridade exigida nos termos deste edital, em documentos autenticados;

8.1.4. Declarações negativas de antecedentes criminais, estadual e federal (atestado de antecedentes), achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

8.1.5. Comprovação de endereço residencial;

8.1.6. Carteira de Identidade original e fotocópia;

8.1.7. Cadastro da Pessoa Física – CPF original e fotocópia;

8.1.8. PIS/Pasep original e fotocópia;

8.1.9. Título de Eleitor com o comprovante da última votação original e fotocópia;

8.1.10. Carteira Profissional original e fotocópia (parte onde consta número da carteira, qualificação civil e contratos de trabalho);

8.1.11. Certidão de Nascimento (quando solteiro/a) original e fotocópia;

8.1.12. Certidão de Casamento e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 (vinte e um) anos originais e fotocópias);

8.1.13. Uma (1) fotografia recente, tamanho 3 X 4;

8.1.14. Comprovação de naturalização brasileira (em caso de estrangeiro);

8.1.15. Comprovação de quitação com as obrigações militares, se for o caso;

8.1.16. Atestado de vacinação dos filhos menores de 14 anos, original e fotocópia;

8.2. Após o recebimento da convocação por correios com AR, o candidato terá o prazo de 10 (dez) dias, a critério do CREFITO 9, para apresentar a documentação constante no item 8.1.

EDITAL Nº 001/2014 – CONCURSO PÚBLICO

8.3. A não apresentação dos documentos em conformidade com este Edital impedirá a formalização da posse, desclassificando o candidato do concurso, podendo ser chamado o candidato subsequente, na ordem de classificação geral, para tomar posse.

IX - DA NOMEAÇÃO

9.1. Os candidatos classificados serão nomeados, obedecendo-se rigorosamente à ordem de classificação no Concurso Público.

9.2. A classificação neste Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático e imediato no Quadro de Pessoal do CREFITO 9.

X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O prazo de validade deste Concurso Público é de dois (2) anos, contado da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez e por igual período, a critério exclusivo do CREFITO 9.

10.2. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital próprio.

10.3. O CREFITO 9 e a Empresa MCONCURSOS não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato, inclusive quanto à eventual não nomeação, decorrentes de:

- a)** endereço não atualizado;
- b)** endereço de difícil acesso;
- c)** correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- d)** correspondência recebida por terceiros.

10.4. Durante o prazo de validade do Concurso Público, o candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, devendo, em caso de alteração, comunicar oficialmente ao departamento de pessoal do CREFITO 9.

10.5. Durante o prazo de validade do Concurso Público, será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos para nomeação nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com suas necessidades e disponibilidade financeira.

10.6. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação e não caracterizando qualquer óbice, é facultada a destruição do cartão-resposta e demais registros escritos, mantendo-se, porém, pelo prazo de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos.

10.7. A legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a elas posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso Público.

10.8. Os casos não previstos serão resolvidos pela Empresa Organizadora do Concurso e/ou a Comissão de Concurso, à luz da legislação vigente.

10.9. O candidato será lotado na cidade para a qual se inscreveu.

10.10. Os Anexos I, II, III e IV são partes integrantes deste Edital.

Cuiabá – MT, 03 de novembro de 2014.

Elias Nasrala Neto
Presidente do CREFITO-9